

DÍVIDA EXTERNA

12 SET 1990

Dauster revela detalhes da carta de intenção ao FMI

Governo irá liberar recursos para recompra de títulos no mercado secundário

BRASÍLIA — A liberação de recursos adicionais para a securitização da dívida externa ou para a adoção de um programa de recompra de parte dessa dívida no mercado secundário são duas hipóteses que constam da carta de intenção que o governo brasileiro deve assinar com o Fundo Monetário Internacional (FMI) hoje ou amanhã. A inclusão desses dois mecanismos de redução do estoque da dívida foi revelada ontem pelo embaixador extraordinário para Assuntos da Dívida Externa, Jório Dauster, em depoimento na Comissão de Economia e Finanças do Senado.

Tanto a securitização — transformação de parte da dívida em bônus de longo prazo — quanto as recompras estão entre as propostas feitas aos países em desenvolvimento no âmbito do Plano Brady, lançado no ano passado pelo secre-

tário do Tesouro norte-americano, Nicholas Brady. Essas fórmulas foram inseridas à margem das metas econômicas acertadas na carta de intenção com o FMI, disse Dauster.

Dauster explicou aos senadores que o novo acordo com o Fundo tem prazo de 17 meses, com validade até fevereiro de 1992. Disse também que a liberação dos US\$ 2 bilhões que o Fundo vai emprestar ao Brasil será feita em parcelas na medida em que o País cumprir as metas estabelecidas na carta de intenção. As cotas de recursos para o Brasil no Fundo são de US\$ 1,4 bilhão ao ano, e estes US\$ 2 bilhões, correspondem a 70% dessas cotas. A diferença constituirá uma reserva de contingência a que o País terá acesso caso a crise do Golfo Pérsico tenha desdobramentos que modifiquem profundamente as condições da economia brasileira.

Dauster confirmou que as conversações com o Clube de Paris e bancos privados devem começar no início de outubro. Com o Clube, o governo brasileiro deverá buscar as mesmas condições flexíveis con-

seguidas no acordo com o Fundo. “A negociação com o Clube de Paris terá como objetivo a redução da dívida”, adiantou o embaixador. Segundo ele, o Brasil irá pedir aos membros do Clube a reestruturação de sua dívida com carência e prazos de amortização mais longos. O País deve ao Clube, somente em juros já vencidos e não pagos neste ano, cerca de US\$ 2 bilhões. Até dezembro, essa conta pode chegar a US\$ 4,5 bilhões.

Dauster não confirmou nem desmentiu as afirmações do presidente Fernando Collor, publicadas na edição de segunda-feira do jornal inglês **Financial Times**, de que o Brasil poderá realizar um pagamento simbólico dos juros atrasados aos bancos privados. A idéia de negociar com os bancos privados fora do comitê assessor está descartada, segundo garantiu Dauster.

O Senado, com base na exposição do principal negociador da dívida brasileira, deve concluir hoje um programa fixando parâmetros para as negociações, como determina o artigo 52 da Constituição.